

AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS ESTADUAIS

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

NOSSA MISSÃO

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

NOSSA VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

MISSÃO

APOIAR A GESTÃO
COMBATER A
CORRUPÇÃO



PREVENÇÃO



DETECÇÃO



CORREÇÃO

SUMÁRIO

1 INICIATIVA



- O que é, quando e onde surgiu?
- Como a CGE se insere nesse processo?
- Como a avaliação funciona?
- Como interpretar os resultados?
- Números deste ciclo

2 RESULTADOS



- Como ler os relatórios individualizados?
- Pontos positivos
- Pontos de atenção

3 PRÓXIMOS PASSOS

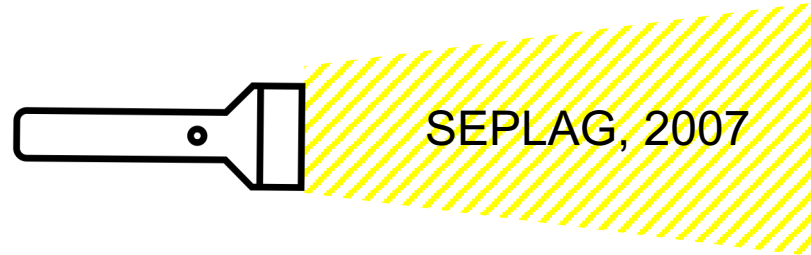


- Fortalecimento da governança
- Utilização do Sistema e Portal dos Conselhos

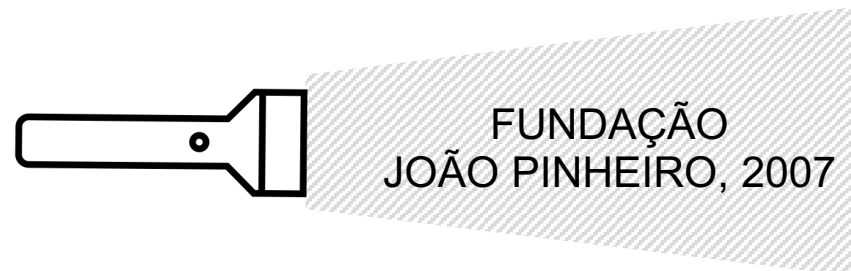
INICIATIVA



PRIMEIRAS INICIATIVAS



MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Diretoria Central de Coordenação das Ações Governamentais. *Relatório Consolidado: mapeamento das informações sobre atuação dos Conselhos Estaduais*. Jul. 2007. 12 p.

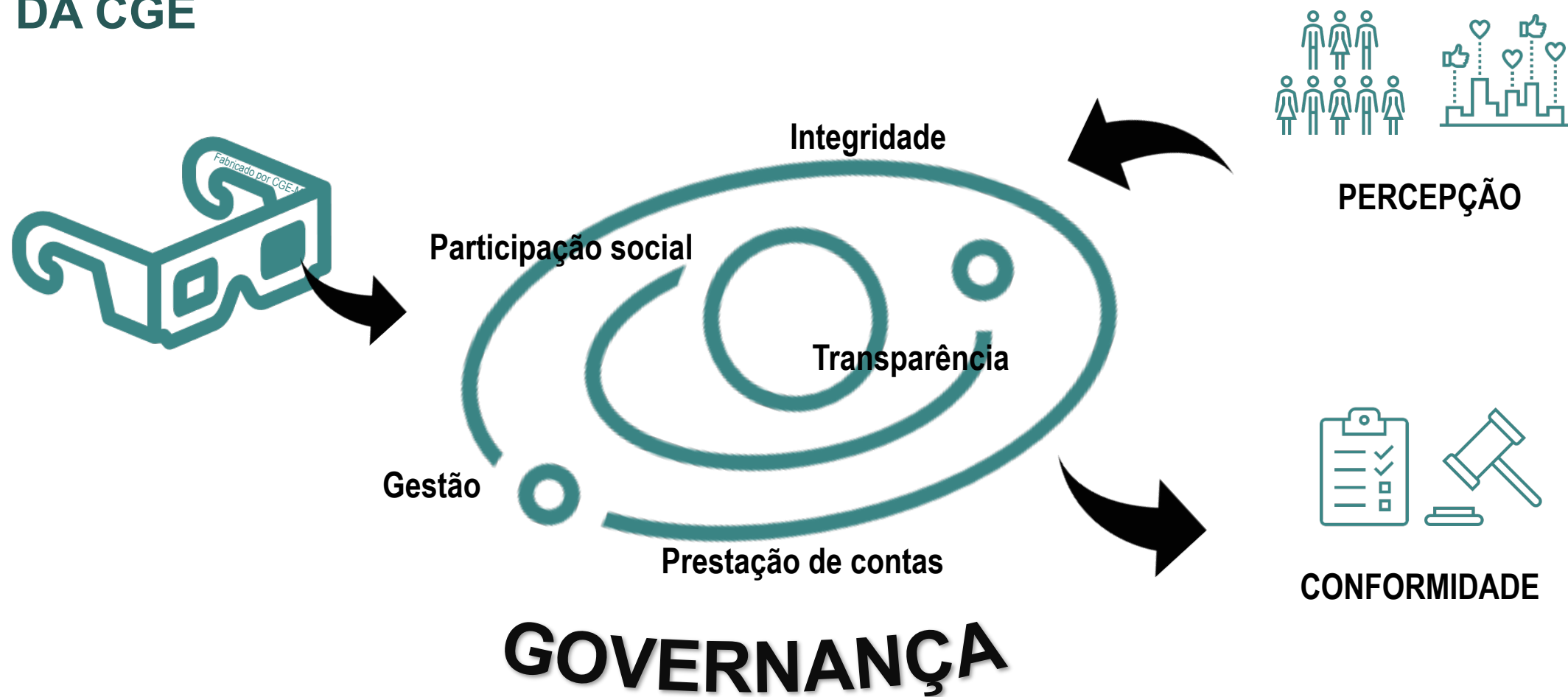


PINTO, G.N.F.N. [Conselhos Estaduais de Minas Gerais: características institucionais e funcionamento no período 2005-2007](#). Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação Joao Pinheiro, 2007.

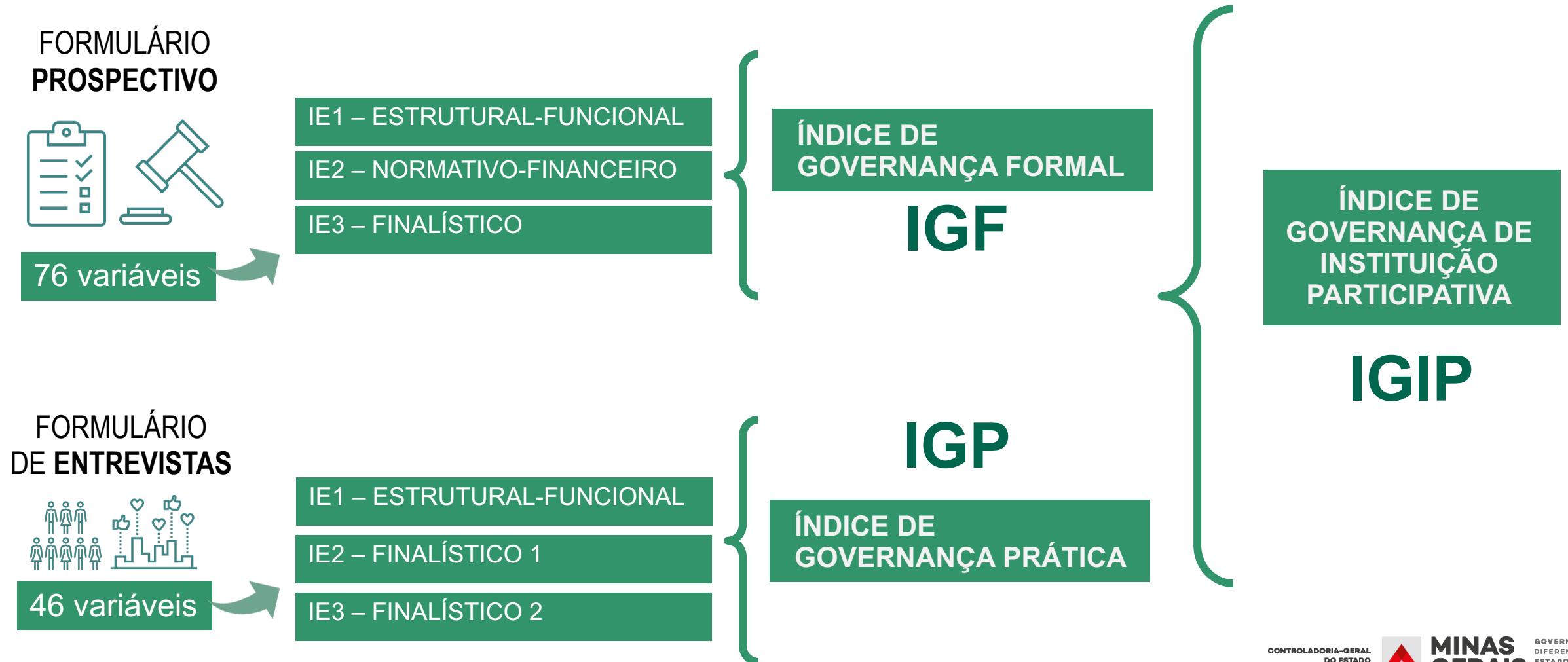
- ✓ Reforçar nossa missão e o cumprimento de nossas competências legais
- ✓ Assegurar continuidade e perenidade a avaliação dos conselhos, mensurando avanços ou recuos em relação a atuação do controle social
- ✓ Aproximar-se das instituições participativas, reforçando a relação entre controle interno e controle social, a partir da perspectiva do fomento
- ✓ Subsidiar ações de melhoria da governança nos conselhos de políticas públicas, apoiando os conselheiros participativos na busca por maior efetividade em suas ações



A CONTRIBUIÇÃO DA CGE



VARIÁVEIS, INDICADORES E ÍNDICES



Utilizamos uma escala!

INDICADORES

IE1, IE2, IE3

ÍNDICES

IGF, IGP, IGIP



0,76 a 1,00



Adequada

0,51 a 0,75



Moderada

0,26 a 0,50



Fraca

0,00 a 0,25



Inexistente

MÍNIMO
PIOR

VARIÁVEIS, INDICADORES E ÍNDICES

MÁXIMO
MELHOR

0

1

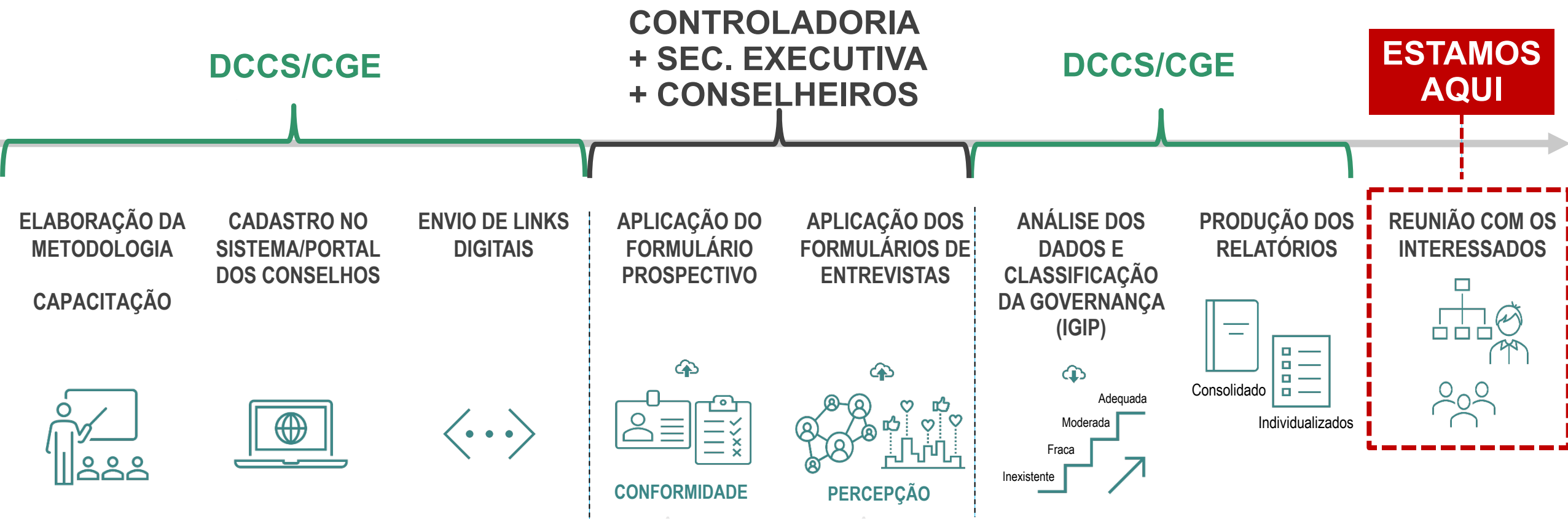
NO FORMULÁRIO DE ENTREVISTA
O VALOR MÁXIMO DAS
VARIÁVEIS/ITENS **DEPEND**E DA
EXISTÊNCIA DE **ENTREVISTAS**
VALIDADAS

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ENTREVISTA

CRITÉRIO FUNDAMENTAL: Quantidade PAR de entrevistas

Como obter a paridade caso sejam recebidas entrevistas em quantidade ímpar?

1. A exclusão ocorrerá no segmento sobressalente (governo ou sociedade);
2. Prioridade para o conselheiro mais antigo;
3. Prioridade para o membro titular;
4. Sorteio.



Período da Avaliação | Abril a Julho de 2020

Período da Análise | Julho a Setembro de 2020

Instituições Participativas
Avaliadas | **13** de 52  **25%** das IPs

Órgãos Participantes | **CGE, SEAPA, SEDE, SEE, SEMAD e SEINFRA**

Entrevistas Recebidas | **89**, dentre as quais 54 foram validadas

51 enviadas por membros representantes do governo

38 enviadas por membros representantes da sociedade

 **3,2** anos é o tempo médio de atuação dos entrevistados como conselheiros participativos

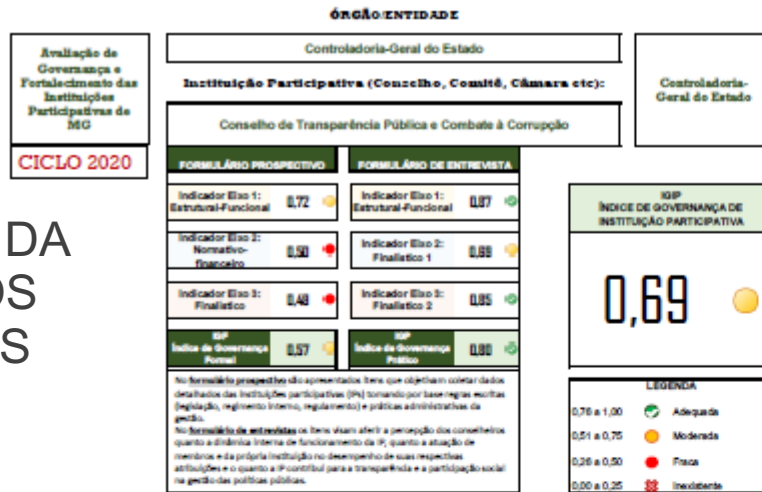
RESULTADOS



COMO LER O RELATÓRIO INDIVIDUALIZADO?

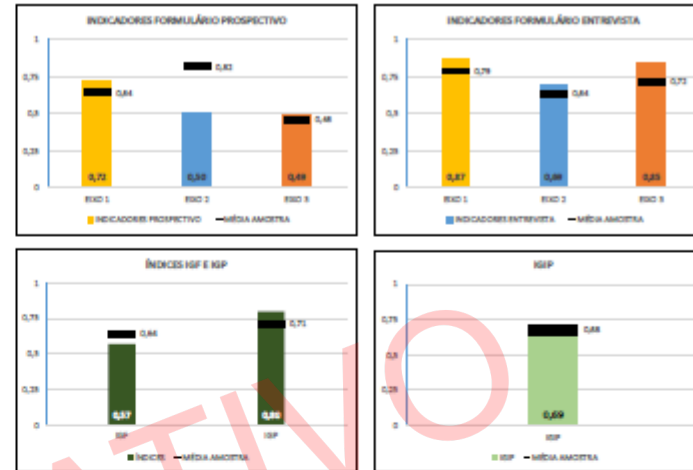
1

IDENTIFICAÇÃO DA IP + RESULTADOS NUMÉRICOS DOS INDICADORES E ÍNDICES



2

RESULTADOS GRÁFICOS (SITUAÇÃO RELATIVA À MÉDIA)



4

ANÁLISE

21 possíveis (71%), fato que posicionou este indicador numericamente acima da média e bem próximo de atingir o patamar adequado. Os principais problemas diagnosticados neste eixo são relativos à atual composição do conselho, que não se encontra com todos os suplentes (AE1.10) e membros da sociedade civil nomeados de acordo com a exigência normativa (AE1.12), bem como à ausência de dedicação exclusiva dos servidores da secretaria executiva para os assuntos deste conselho (AE1.4). O problema quanto à composição pode estar relacionado com o pouco tempo de existência desta IP (menos de 2 anos).

No indicador do Eixo 2 destacamos, como fator preponderante para o rebaixamento da nota, a ausência de regimento interno, documento que está previsto nas normas aplicáveis ao Conselho de Transparência (AE2.5). Tal fato impossibilita o detalhamento das competências da secretaria executiva (AE2.10). Novamente, o pouco tempo de existência da IP pode ser compreendido como um atenuante.

No Eixo 3, a inexistência e a consequente indisponibilidade do regimento interno na Internet também impactam negativamente na nota obtida (AE3.2). Destacamos ainda a não adesão dos conselheiros aos regimentos éticos ou de integridade da IP ou do órgão de subordinação, mesmo estando disponíveis (AE3.12 e AE3.6). Por fim, mas não menos importante, no item AE3.18 foi aferida a não permissão, em norma, para a participação popular nas reuniões do conselho.

De positivo, destacamos o fato de a secretaria executiva da IP ser comandada por servidor efetivo (AE1.23) e a adoção de planejamentos ou planos de trabalhos periódicos que orientem a execução das atividades do colegiado (AE1.26), no Eixo 1. Já no Eixo 3, apesar do baixo valor do indicador, há vários aspectos positivos de destaque, como critérios éticos e transparentes bem como exigência de conhecimentos prévios para nomeação de conselheiros (AE3.8, AE3.16 e AE3.17) e divulgação de atas e composição do conselho na Internet (AE3.14 e AE3.23).

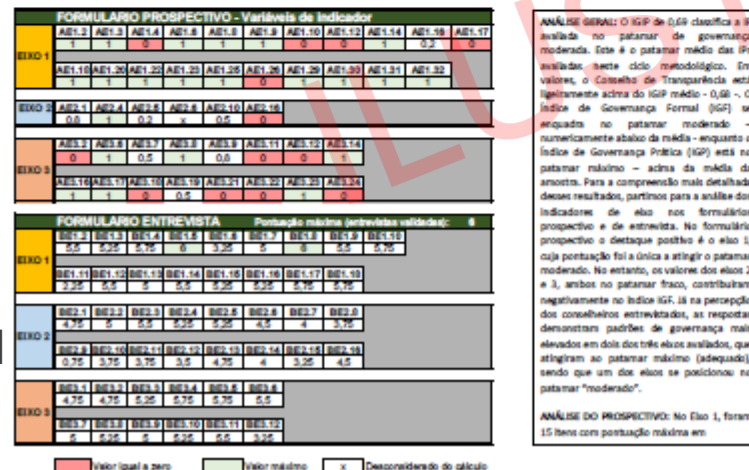
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: Foram 6 entrevistas realizadas, seguindo-se os critérios estabelecidos na ferramenta metodológica. Nenhum item de nenhum eixo foi zerado. Na percepção dos entrevistados, há uma predominância por parte do governo no controle de agenda do conselho (BE2.6). Também na compreensão dos entrevistados há ausência de pessoal e infraestrutura adequada que podem prejudicar o nível de transparência da IP (BE1.11). Quanto a isso, chama a atenção uma aparente inconferência, pois ao responderem ao item BE1.5 os entrevistados foram unânimes em apontar a adequação dos recursos humanos disponíveis para o bom funcionamento do conselho. Tal inconferência pode ser superada se considerarmos que as dinâmicas internas de uma IP podem estar em perfeito funcionamento, mesmo havendo dificuldades em promover a devida transparência dos atos para públicos externos.

Destaque positivo vai para a percepção de unidade existente entre os conselheiros. Os entrevistados foram unânimes em apontar que seus posicionamentos e opiniões são respaldados, possuindo o mesmo valor contributivo, independentemente do segmento que representam – governo ou sociedade (BE1.4). Este ponto denota a percepção de que prevalece um ambiente democrático no interior do conselho, aspecto fundamental para qualquer instância que promova a democracia participativa.

DIRETORIA CENTRAL DE CONTROLE SOCIAL - COEIMS

3

VALORES AFERIDOS POR INDICADOR/ITEM



ÓRGÃO/ENTIDADE

Avaliação de Governança e Fortalecimento das Instituições Participativas de MG

CICLO 2020

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Instituição Participativa (Conselho, Comitê, Câmara etc):

Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam

Controladoria-Geral do Estado

FORMULÁRIO PROSPECTIVO			FORMULÁRIO DE ENTREVISTA		
Indicador Eixo 1: Estrutural-Funcional	0,82	✓	Indicador Eixo 1: Estrutural-Funcional	0,77	✓
Indicador Eixo 2: Normativo-financeiro	0,83	✓	Indicador Eixo 2: Finalístico 1	0,60	●
Indicador Eixo 3: Finalístico	0,69	●	Indicador Eixo 3: Finalístico 2	0,82	✓
IGF Índice de Governança Formal	0,78	✓	IGP Índice de Governança Prático	0,73	●

No **formulário prospectivo** são apresentados itens que objetivam coletar dados detalhados das instituições participativas (IPs) tomando por base regras escritas (legislação, regimento interno, regulamento) e práticas administrativas da gestão.

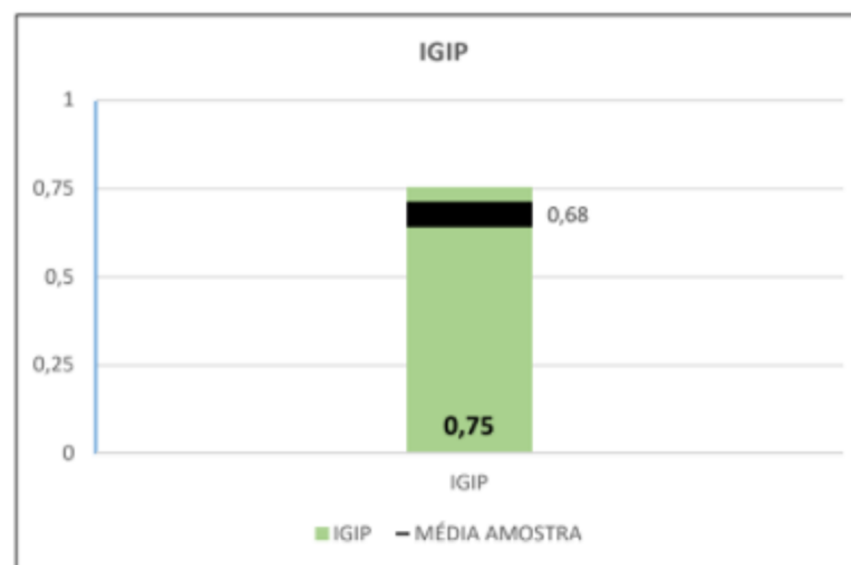
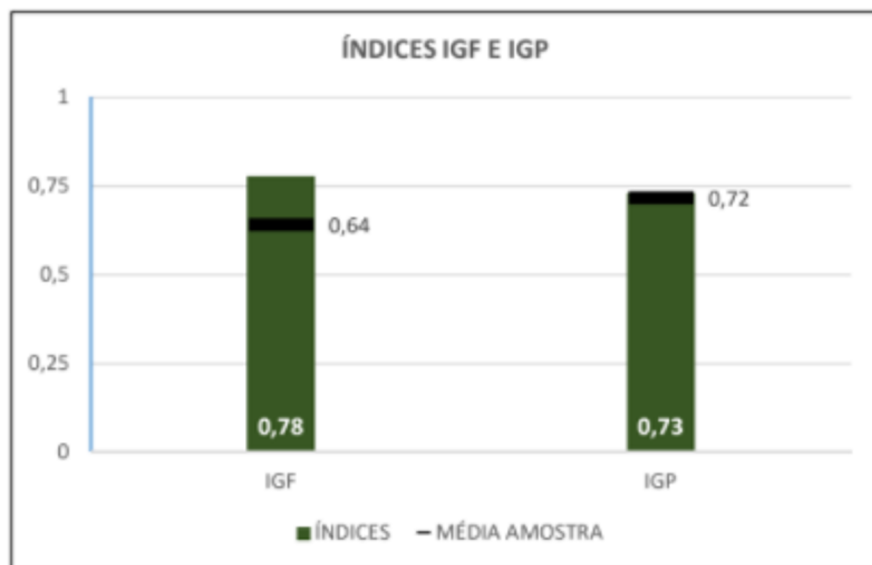
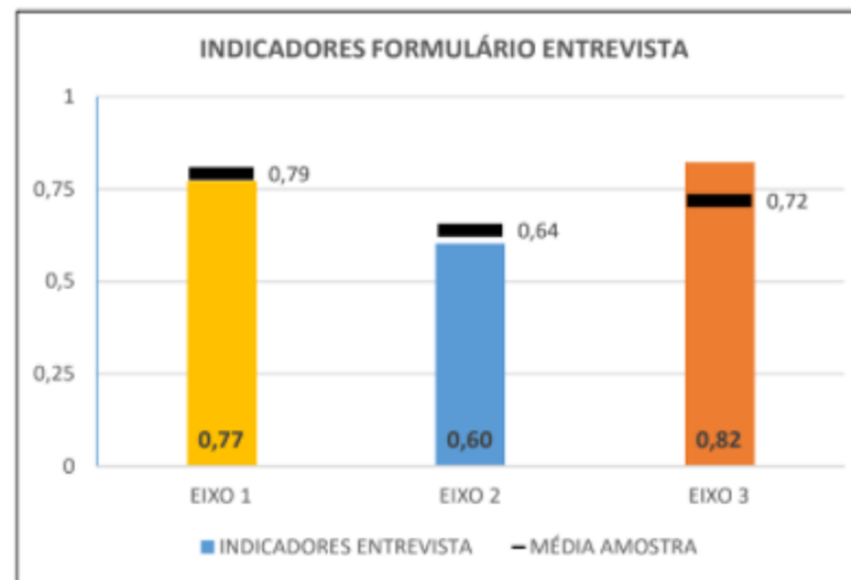
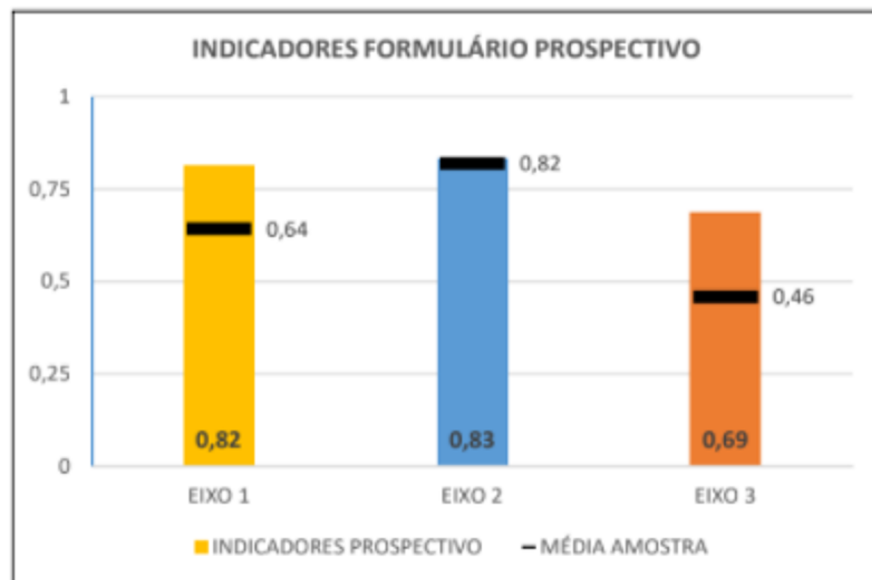
No **formulário de entrevistas** os itens visam aferir a percepção dos conselheiros quanto a dinâmica interna de funcionamento da IP, quanto a atuação de membros e da própria instituição no desempenho de suas respectivas atribuições e o quanto a IP contribui para a transparência e a participação social na gestão das políticas públicas.

IGIP
ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA

0,75 ●

LEGENDA

0,76 a 1,00	✓	Adequada
0,51 a 0,75	●	Moderada
0,26 a 0,50	●	Fraca
0,00 a 0,25	✗	Inexistente



**PONTOS
POSITIVOS**





PROSPECTIVO

- Robustez normativa do COPAM, em consonância com a complexidade das atribuições e as políticas inerentes a este conselho
- Constante atividade nos últimos 5 anos
- Existência de sede própria
- Predominância de servidores com dedicação exclusiva ao COPAM na secretaria executiva bem como a execução dessa função sendo desempenhada por servidor público efetivo



PROSPECTIVO

- Composição conforme as normas, respeitada a paridade
- Tempestividade nas nomeações de membros
- Código de ética ou plano de integridade tanto na IP quanto no órgão de subordinação
- Critérios objetivos e transparentes para escolha de membros da sociedade
- Participação popular nas reuniões do conselho é permitida por norma



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Compreensão da importância e valorização da secretária executiva para o bom funcionamento do COPAM
- Bons índices nas avaliações:
 - da participação e atuação dos conselheiros para que o conselho atinja seus objetivos
 - do processo de escolha de membros, que contribui para haver diversidade nas discussões colegiadas



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Bons índices nas avaliações:
 - da presença do presidente nas reuniões ordinárias
 - da alternância de representatividade (de membros) no conselho
 - das práticas de transparência do COPAM

PONTOS DE ATENÇÃO





PROSPECTIVO

- Impossibilidade de alternância da presidência do colegiado entre sociedade e governo
- Inexistência de critérios de territorialidade para a definição de conselheiros - considerada a capilaridade geográfica da política (*plenário*)
- Inexistência de documentação sobre perfil profissional e acadêmico dos conselheiros
- Redução de valores orçamentários para o conselho



PROSPECTIVO

- Não disponibilização, na internet, dos valores orçamentários alocados para o conselho
- Inexistência de critérios éticos para escolha e designação de conselheiros
- Não exigência de experiência ou conhecimentos prévios sobre os assuntos tratados no conselho para designação de membros de governo



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Predominância do governo no controle de agenda do conselho
(as ações e programas monitorados seguem critérios de escolha definidos pelo governo)
- Indicativo de não haver planejamento periódico para o monitoramento das políticas públicas da área



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Leve percepção de uma possível padronização de pautas nas reuniões do conselho
- Indicativo de ausência de pessoal e infraestrutura adequada que podem prejudicar o nível de transparência da IP, embora a infraestrutura básica e os recursos humanos disponíveis tenham sido bem avaliados

PRÓXIMOS PASSOS





FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA

- Aproximar e reforçar a relação entre controle interno e controle social, isto é, a relação entre CGE, suas unidades descentralizadas e os Conselhos de Políticas Públicas estaduais, respectivamente



UTILIZAÇÃO DO SISTEMA E PORTAL DOS CONSELHOS

- Consolidar o Sistema e o Portal dos Conselhos como ferramentas de apoio às IPs estaduais, tanto para transparência de seus dados e informações quanto para a criação e estímulo aos valores democráticos, como a participação social.



Agradecemos sua atenção!

Em caso de dúvidas, sugestões e críticas, não
deixe de entrar em contato conosco!



controlesocial@cge.mg.gov.br

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.